



Entre Saberes e Subjetividades: Descolonizando a Psicologia em Práticas Extensionistas com Crianças Indígenas

Autores: ALEXANDRE, B. R. M.¹; ARRUDA, C. do C.²; ROSA, G.²; SILVA, A. P. da²; ESTEVES, M. E. G.²; TIBURCIO, E. de O.²; STALIANO, P.³

¹PET Psicologia/Geografia/Ciências Sociais – Conexão de Saberes, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Curso de Psicologia, não bolsista; ²Bolsistas; ³Tutora do Grupo PET Psicologia/Geografia/Ciências Sociais – Conexão de Saberes.

e-mail: petpsicologiaufgd@gmail.com

RESUMO: As atividades de extensão desempenham papel central na formação acadêmica, conectando estudantes à comunidade e promovendo aprendizado prático com impacto social. No projeto “Empoderamento Comunitário: Práticas Extensionistas Compartilhadas”, desenvolvido no Centro Social de Formação Indígena Antônio Tonani, em Dourados-MS, realizam-se encontros quinzenais com crianças indígenas, envolvendo atividades lúdicas, recreativas e psicopedagógicas, visando contribuir tanto para a formação ética, crítica e intercultural de estudantes de Psicologia, quanto para o desenvolvimento socioemocional das crianças. As ações abordam temas como enfrentamento da violência, fortalecimento comunitário, luto, identidade cultural, relação com a terra, utilizando recursos gráficos como desenhos para estimular expressão criativa e reconhecimento cultural. A metodologia pautada no “aprender fazendo e refletindo sobre” favorece a escuta intercultural, o respeito às cosmovisões indígenas e a revisão de referenciais hegemônicos em Psicologia. Os resultados se orientam pelo eixo de análise voltado à formação ética e crítica dos(as) estudantes de Psicologia a partir da prática extensionista, indicando o desenvolvimento de postura crítica frente às desigualdades sociais, valorização da interculturalidade e capacidade de propor intervenções contextualizadas. Espera-se que a experiência contribua para o empoderamento das crianças e famílias atendidas, bem como para a formação de psicólogos(as) éticos, sensíveis e preparados para atuar em contextos interculturais.

Palavras-chave: Descolonização; Desenvolvimento Infantil; Empoderamento.

Between Knowledge and Subjectivities: The Extension Experience in the Ethical and Critical Training of Psychology Students

ABSTRACT: Extension activities play a central role in academic training, connecting students to the community and promoting practical learning with social impact. In the project “Community Empowerment: Shared Extension Practices,” developed at the Antônio Tonani Indigenous Social Training Center in Dourados-MS, bi-weekly meetings are held with indigenous children, involving playful, recreational, and psycho-pedagogical activities, aiming to contribute both to the ethical, critical, and intercultural training of Psychology students and to the socio-emotional development of the children. The activities address themes such as confronting violence, community strengthening, grief, cultural identity, and the relationship with the land, using graphic resources such as drawings to stimulate creative

¹ Área do conhecimento: Ciências Humanas (7.00.00.00-0) – Psicologia (7.07.00.00-1); Ecosistema de inovação: Educação, Sociedade & Economia; ODS 4: Educação de qualidade.



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

expression and cultural recognition. The methodology, based on “learning by doing and reflecting on,” fosters intercultural listening, respect for indigenous worldviews, and the revision of hegemonic frameworks in Psychology. The results are guided by the analytical axis focused on the ethical and critical training of Psychology students through extension activities, indicating the development of a critical stance towards social inequalities, appreciation of interculturality, and the ability to propose contextualized interventions. It is expected that the experience will contribute to the empowerment of the children and families served, as well as to the training of ethical, sensitive psychologists prepared to work in intercultural contexts.

Keywords: Decolonization; Child Development; Empowerment

Introdução

A extensão universitária constitui um eixo fundamental da formação acadêmica, ao possibilitar a integração entre universidade e sociedade e ampliar a articulação entre ensino, pesquisa e prática social. Mais do que um espaço de aplicação de conhecimentos, a extensão universitária configura-se como um dispositivo formativo que promove a troca de saberes, o desenvolvimento de competências críticas e a formação de profissionais mais sensíveis às demandas sociais e culturais (Costa Neto; Amparo; Carvalho Júnior, 2020). No campo da Psicologia, essa dimensão assume relevância singular, pois permite tensionar os referenciais eurocêntricos predominantes na formação acadêmica e promover uma prática voltada à realidade brasileira, especialmente no âmbito das políticas públicas e da saúde mental.

A atuação da Psicologia em contextos culturalmente diversos exige abertura ao diálogo intercultural, com o reconhecimento de cosmologias, modos de vida e sistemas simbólicos distintos. Nesse sentido, torna-se imprescindível que a formação do(a) psicólogo(a) inclua experiências que possibilitem o contato com diferentes perspectivas de mundo, favorecendo a construção de práticas éticas, sensíveis e comprometidas com a diversidade. Estudos sobre Psicologia e povos indígenas indicam que a atuação profissional deve considerar as especificidades históricas, sociais e culturais dessas comunidades, valorizando seus saberes e fortalecendo estratégias de bem-estar coletivo. Tal postura rompe com modelos universalizantes de subjetividade e amplia o horizonte da prática psicológica para além de uma lógica individualista e descontextualizada (Menezes; Silva, 2021).

No diálogo com os povos indígenas, a Psicologia encontra como ponto de partida a necessidade de uma práxis decolonial, que confronte a concepção eurocêntrica de subjetividade, frequentemente reduzida à interioridade do indivíduo. Por conseguinte,

A prática psicológica deve transcender a validação estritamente científica, incorporando uma consciência crítica sobre o contexto em que se insere e



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

reconhecendo que o processo de produção de conhecimento está inextricavelmente vinculado ao mundo vivido. (Sales; Roberti Júnior, 2023, p.3).

Para que haja uma prática psicológica efetiva junto aos povos indígenas, é fundamental compreender as necessidades de cada comunidade em confronto com os modelos de conhecimento modernos, que buscam universalizar a experiência humana. As concepções indígenas acerca do corpo, da pessoa e da subjetividade diferem substancialmente das ocidentais e a partir dessas cosmologias, os rituais constituem elementos estruturantes da formação do sujeito, e a subjetividade emerge de uma perspectiva essencialmente coletiva (Sales; Roberti Júnior, 2023).

Assim, a Psicologia deve considerar um diálogo intercultural, reconhecendo a importância de ouvir as vozes indígenas e valorizar suas práticas, concepções e saberes na construção de abordagens culturalmente situadas. Apenas mediante tal abertura e pela descolonização do conhecimento será possível avançar em direção a práticas psicológicas mais contextualizadas e comprometidas (Sales; Roberti Júnior, 2023). Nesse processo, a formação acadêmica e profissional precisa oferecer espaços de vivência e reflexão que permitam o encontro entre diferentes formas de compreender o mundo e o sujeito.

É justamente nesse ponto que a extensão universitária se destaca como um campo privilegiado de experimentação e diálogo intercultural. Ao aproximar os(as) estudantes das comunidades indígenas, a extensão possibilita a vivência concreta dos desafios e potências de uma prática psicológica decolonial, capaz de articular saberes acadêmicos e comunitários. Nesse horizonte, Sales e Roberti Junior (2023) ressalta que, no campo da saúde indígena,

É fundamental a participação dos indígenas nas formulações, efetivações e execuções das políticas de saúde a eles dirigidas. Além disso, torna-se necessária a capacitação do profissional de saúde indígena, não somente no campo cultural, antropológico, mas também no campo da formação emocional e afetiva. Assim, refletir sobre a Psicologia em contextos indígenas implica repensar a formação acadêmica dos futuros profissionais, orientando-a para uma atuação decolonial e comprometida com a diversidade cultural. (Sales; Roberti Junior, 2023, p.9)

Nesse contexto, insere-se o projeto de extensão “Empoderamento Comunitário: Práticas Extensionistas Compartilhadas”. Originalmente, este projeto envolve grupos PET de distintos cursos: Engenharia Agrícola, Engenharia de Alimentos, Letras e Psicologia. No entanto, este texto se resume às atividades realizadas pelo Grupo PET Psicologia, com objetivo específico de conduzir atividades lúdicas de recreação com as crianças, observando os aspectos do desenvolvimento infantil. Assim, o presente texto propõe realizar uma reflexão e discussão sobre o impacto desta ação de extensão na práxis formativa dos petianos em psicologia.



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

Método

A proposta metodológica fundamentou-se no princípio do “aprender fazendo e refletindo sobre”, orientado pelo Manual de Orientações Básicas - MOB (Brasil, 2006), o qual compreende a extensão universitária como prática social transformadora, pautada na escuta, na problematização e na ação coletiva (Freire, 1987). Nesse sentido, as oficinas foram planejadas de forma participativa, permitindo que as demandas e os temas emergissem das experiências e saberes do próprio grupo, promovendo a horizontalidade entre os atores envolvidos.

As ações foram pensadas para trabalhar alguns temas, tais como: enfrentamento da violência, luto, identidade corporal e cultural, relação com a terra e desenvolvimento socioemocional, priorizando o diálogo entre saberes acadêmicos e dos povos tradicionais. Para isso, foram utilizadas estratégias de mediação lúdica como jogos cooperativos, contação de histórias, produções artísticas e rodas de conversa, que favoreceram a expressão simbólica, a escuta sensível e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Neste sentido as atividades foram realizadas no Centro de Formação Social Indígena Antônio Tonani, localizado na Reserva Indígena de Dourados, Mato Grosso do Sul. Desse modo, as ações interventivas são voltadas a crianças que frequentam o Centro, em idade aproximada de 5 a 11 anos. Considerando a dinâmica do território e a imprevisibilidade característica de atividades em ambiente externo, torna-se inviável a quantificação exata do número de participantes infantis em cada encontro, trabalhando-se, portanto, com estimativas de faixa etária e de presença média esperada. Em todas as ações, contamos com a participação dos integrantes do grupo PET, alcançando, em sua maioria, cerca de 80% do coletivo, além do acompanhamento da tutora responsável.

Destaca-se que, ainda que busquemos planejar cada etapa com previsibilidade e organização, fatores contextuais, como deslocamento das crianças até o espaço e eventuais intercorrências, exigem flexibilidade metodológica, de modo que a definição final do quantitativo de participantes ocorre apenas no momento da chegada à comunidade, quando a equipe adapta a intervenção às condições concretas encontradas. A participação ocorreu mediante a autorização institucional e interesse do grupo PET e das pessoas responsáveis pelo serviço no local.

Os encontros ocorreram quinzenalmente ao longo do primeiro semestre do ano de 2025 e previsão de término para dezembro do mesmo ano, com uma duração média de 90



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

minutos cada. A estrutura dos encontros contemplou: a) acolhimento inicial, preparação do café da manhã e conversa breve sobre o cotidiano das crianças; b) desenvolvimento da atividade lúdica e expressiva; c) roda de brincadeiras e diálogos e fechamento. As oficinas foram planejadas de modo participativo, permitindo que temas emergissem das vivências e saberes das crianças e de sua comunidade.

Nos primeiros encontros, utilizou-se a produção gráfica infantil como procedimento exploratório, com vistas a observar modos de expressão, aspectos do desenvolvimento simbólico e indicativos das experiências socioculturais das crianças. A proposta consistiu em oferecer papel, lápis de cor e outros materiais básicos, preservando a liberdade expressiva e evitando modelos prévios, a fim de favorecer a emergência de sentidos produzidos pelas próprias crianças em relação ao território, à comunidade e à autoimagem. A atividade foi acompanhada por observação participante e registros em diário de campo, considerando elementos como organização da cena, uso do espaço, presença de símbolos culturais e narrativas orais associadas aos desenhos.

A análise dos desenhos, portanto, integrou o campo empírico da intervenção, contribuindo para a compreensão das percepções infantis sobre identidade, território e relações afetivas, e subsidiando o planejamento das oficinas seguintes, garantindo sensibilidade intercultural e alinhamento às vivências e modos de expressão das crianças atendidas.

Com base nas aprendizagens iniciais, os encontros seguintes foram estruturados a partir das temáticas que emergiram das trocas com as crianças e dos referenciais essenciais ao desenvolvimento infantil, respeitando os modos de ser, aprender e expressar próprios da comunidade indígena. As atividades buscaram fortalecer habilidades socioemocionais, comunicativas, simbólicas e comunitárias, promovendo o avanço das capacidades fundamentais dessa etapa da infância e valorizando saberes e experiências do território. Inspiradas na pedagogia freireana, as práticas buscaram articular teoria e experiência, promovendo reflexões críticas sobre o papel da universidade e o compromisso ético-político da Psicologia com o empoderamento comunitário (Freire, 1987; Santos, 2008).

Resultados e Discussão

A inserção dos estudantes em contextos comunitários indígenas mobiliza-os(as) a problematizar desigualdades históricas e a repensar o papel da Psicologia como ciência



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

comprometida com a transformação social, em consonância com a pedagogia freireana, que entende o conhecimento como prática dialógica e emancipatória (Freire, 1987).

A vivência extensionista também tem favorecido a superação de referenciais hegemônicos que, historicamente, orientaram a Psicologia sob perspectivas eurocêntricas e universalizantes. O contato com diferentes cosmologias e epistemologias indígenas amplia o repertório teórico dos(as) participantes e tensiona os limites de modelos descontextualizados, promovendo a valorização dos múltiplos saberes. Nessa perspectiva Moraes (2008) propõe a noção de “ecologia dos saberes” como caminho para a superação da monocultura do pensamento científico ocidental, ao defender a coexistência entre diferentes formas de produção de conhecimento. Essa abordagem se mostra essencial para a descolonização do saber e para a construção de uma Psicologia mais plural.

Outro aspecto de destaque refere-se ao fortalecimento da sensibilidade ética e cultural no campo da saúde mental. As atividades lúdicas realizadas junto às comunidades indígenas favorecem o desenvolvimento da escuta intercultural e do reconhecimento da alteridade como valor constitutivo do cuidado. De acordo com Ramos, Nogueira e Franco (2020), a interculturalidade crítica ultrapassa a mera coexistência entre culturas, exigindo relações pautadas na reciprocidade, no reconhecimento mútuo e no respeito às diferentes formas de organização social e subjetiva. Assim, o compromisso ético deixa de ser apenas uma norma institucional e se transforma em prática de corresponsabilidade e compromisso político com as comunidades envolvidas.

Além disso, a experiência extensionista possibilita o reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo da subjetividade humana. Ao interagir com as narrativas de crianças indígenas sobre corpo, identidade e território, os estudantes ampliam sua compreensão acerca dos múltiplos modos de constituição do sujeito. Essa perspectiva rompe com concepções universalistas de desenvolvimento humano e contribui para o fortalecimento de práticas psicológicas comprometidas com as diferenças e as singularidades culturais. Conforme argumentam Santos, Mota e Silva (2013), a construção das subjetividades em contextos marcados por desigualdades históricas requer o reconhecimento político e simbólico das diferenças, evitando processos de homogeneização identitária.

A interlocução entre a Psicologia e as comunidades indígenas é fundamental para o reconhecimento das práticas, saberes e concepções das comunidades. Para Sales e Roberti Junior (2023), o diálogo com demais saberes, como a antropologia, sociologia, história e



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

filosofia permitem que os(as) psicólogos(as) atuem a partir de perspectivas decoloniais do conhecimento.

A aproximação entre a universidade e a comunidade em que a atividade extensionista foi realizada possibilitou a troca de saberes. Para Rey (2005, p. 203), quando um indivíduo inicia uma ação em um determinado contexto social, “poderá não apresentar repercussões imediatas, mas tende a ser correspondida por reações advindas dos outros integrantes desses espaços, impressas pelos processos de subjetivação característicos desse contexto, gerando assim zonas de tensão”. Desse modo, as interações entre os integrantes possibilitam o diálogo e uma construção coletiva para todos integrantes.

Os encontros realizados com as crianças indígenas evidenciaram o potencial transformador das práticas lúdicas e expressivas como instrumentos de construção subjetiva e fortalecimento da identidade cultural. As atividades foram concebidas a partir de uma escuta sensível e do respeito às cosmologias indígenas, reconhecendo nas narrativas infantis um espaço legítimo de produção de saber e de memória viva. Ao assumirem o papel de autoras de suas próprias histórias, as crianças ressignificaram vivências e reconstruíram sentidos de pertencimento, rompendo com a lógica da passividade que, muitas vezes, marca as relações institucionais com povos originários.

Conclusões

A vivência extensionista trouxe a possibilidade de superar referenciais hegemônicos e eurocêntricos. O contato direto com as comunidades indígenas, impulsionou o desenvolvimento de uma postura crítica frente às desigualdades sociais e a valorização da interculturalidade. A experiência reforçou a capacidade de propor intervenções que reconhecem a diversidade como elemento constitutivo da subjetividade humana.

Portanto, a articulação entre os saberes acadêmicos e comunitários na extensão da UFGD evidencia o caminho para a formação de psicólogos(as) éticos(as), sensíveis e preparados(as) para atuar em complexos contextos interculturais. A prática reitera o compromisso ético-político da Psicologia com a transformação social e o empoderamento comunitário, propiciando a construção de uma ciência e profissão comprometidas com a realidade brasileira.



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS:
DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

Agradecimentos

Agradecemos o apoio institucional da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e o fundamental fomento concedido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio da bolsa do Programa de Educação Tutorial (PET).

Referências

BRASIL - MOB. **Manual de Orientações Básicas**. Ministério da educação. Rio de Janeiro, 2006.

COSTA NETO, Alexandre Alves; AMPARO, Deise Matos do; CARVALHO JÚNIOR, Antônio Carlos Nunes de. A Extensão Universitária como Dispositivo para Formação do Psicólogo em Saúde Mental. **Psicologia Revista**, v. 29, n. 2, p. 471-488, 2020.

FREIRE, Paulo. Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, v. 1, 1987.

MENEZES, Carolina Moraes; SILVA, Walter Amora de Faria. Psicologia Indígena: cartografando devires. **Perspectivas em Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 177–193, 2021.

MORAES, Maria Cândida. Ecologia dos saberes. **Hidelbrando dos Santos Soares**, p. 71, 2008.

RAMOS, Kellyane Lisboa; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite; FRANCO, Zilda Gláucia Elias. A interculturalidade crítica como alternativa para uma educação crítica e decolonial. **Eccos Revista Científica**, n. 54, e17339, p. 1-10, 2020.

REY, Fernando Luis Gonzales. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2005.

SALES, Ivy Elida Guimarães; ROBERTI JUNIOR, João Paulo. Psicologia e Povos Indígenas em Roraima: Reflexões Decoloniais. **Revista UFRR. Textos e Debates**, v. 29, n.02, p. 78, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 13-25, 2008.

SANTOS, Luane Neves; MOTA, Alessivânia Márcia Assunção; SILVA, Marcus Vinícius de Oliveira. A dimensão subjetiva da subcidadania: considerações sobre a desigualdade social Brasileira. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, n. 3, p. 700-715, 2013.